

ASSUNTO	Comentário sobre o Guia de Recomendações de Políticas para a Redução de Desigualdades para a Segurança Alimentar e Nutricional
DATA	05/01/2024

Através da solicitação feita pela Representante Permanente de Cabo Verde nas Nações Unidas (FAO, FIDA e PAM) relativo ao “Guia de Recomendações de Políticas para a Redução de Desigualdades para a Segurança Alimentar e Nutricional”, o Secretariado Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN), vem pela presente apresentar, os seguintes comentários.

Enquadramento

1. Nos últimos anos o mundo caracteriza-se por desigualdades que tem refletido na qualidade de vida das pessoas, na produtividade e no crescimento económico. As desigualdades inerentes a segurança alimentar e nutricional (SAN) tem contribuído para o aumento da prevalência de subalimentação (no qual estima-se que o número de pessoas famintas está entre os 690 e 783 milhões de pessoas), fraca redução prevalência do atraso de crescimento nas crianças (144 milhões de crianças < de 5 anos) e do aumento gradual da sobrecarga ponderal em todas as fases do ciclo de vida. Importa referir que as desigualdades têm afetado sobretudo as mulheres, as crianças e as famílias em situação de pobreza extrema.
2. As desigualdades ligadas aos sistemas alimentares (acesso a terra, acesso económico aos alimentos, participação social, etc.) são multissetoriais e as suas causas multifatoriais, já que normalmente estão associadas com os conflitos, violência, instabilidade política, pobreza e por último ligadas aos fenómenos meteorológicos extremos derivados das mudanças climáticas.
3. A luta contra estas desigualdades é fundamental para a resolução do problema da fome. A resolução destas desigualdades está no centro da Agenda 2030, que se baseia numa abordagem de direitos.
4. Assim, tendo em conta o relatório apresentado pela HLPE-FSN intitulado de “Reducing inequalities for food security and nutrition”, segue abaixo alguns subsídios com ênfase no contexto de Cabo Verde visando enriquecer o Guia de Recomendações de Políticas para a Redução de Desigualdades para a Segurança

Alimentar e Nutricional:

Contexto de Cabo Verde

5. Cabo verde é um pequeno estado insular em desenvolvimento que dado a sua fragmentação arquipelágica e sua fragilidade agroclimática sempre dependeu do mercado externo para a cobertura das suas necessidades essenciais (alimentação e energia).
6. O deficit de produção nacional de alimentos, principalmente de cereais, e a forte dependência do mercado internacional para suprir as necessidades alimentares de uma grande parte da população são considerados fatores determinantes para que a SAN seja considerada uma questão de natureza estrutural em Cabo Verde.
7. As desigualdades inerentes a SAN tem aumentado nos últimos anos devido as subsequentes crises (secas cíclicas, crise hídrica, crise sanitária, guerra na Ucrânia). De facto, os últimos dados demonstram que 1 em cada 3 pessoas não tem um acesso económico a alimentos seguros, nutritivos e saudáveis; 1 em cada 10 criança tem atraso de crescimento; 7,4% das crianças menores de 5 anos apresentam excesso de peso e obesidade e foi de 7,4%; e 4 em cada 10 mulheres dos 15 aos 49 anos apresentou excesso de peso e obesidade.
8. A nível nacional as desigualdades tem afetado as mulheres rurais, as crianças e as famílias em situação de pobreza extrema.
9. O país tem implementado algumas politicas visando reduzir as desigualdades sociais, nomeadamente o alargamento da pensão social mínimo as famílias em situação de pobreza extrema, implementação de planos de mitigação do impacto da seca (subvenção da ração animal, mobilização de água, cash for work), alargamento do programa nacional de alimentação escolar, entre outros.
10. Neste sentido, com base no contexto nacional e no relatório apresentado pela HLPE-FSN, segue abaixo alguns subsídios sobre Recomendações de Politicas para a Redução de Desigualdades:

- i.A Guia deverá apresentar uma discriminação positiva para com os pequenos estados insulares em desenvolvimento, sobretudo aqueles que dependem quase exclusivamente da importação de bens alimentares e não alimentares para a cobertura das necessidades;
- ii.Promover a multisetorialidade, sobretudo da sociedade civil nos Órgãos de concertação em matéria de segurança alimentar e nutricional (p. ex. Concelho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), visando a redução das



- desigualdades dos representantes dos setores primários (agricultura familiar, pesca, etc.);
- iii. Promover mecanismos equitativos de acesso a terra para as mulheres e jovens;
 - iv. Fortalecer as políticas de proteção social não contributivo, nomeadamente, a alimentação e saúde escolar, pensão social, etc.;
 - v. Fortalecer os mecanismos mundiais, regionais e nacionais no combate as crises alimentares, visando a redução das assimetrias;
 - vi. Integrar as questões ligadas as desigualdades nos sistemas de informação de segurança alimentar e nutricional;
 - vii. Promover a criação de programas, leis e regulamentos que visam o combate as doenças crónicas não transmissíveis (p. ex. obesidade, diabetes, etc.), sobretudo nas populações com baixo nível socioeconómico;
 - viii. Reforçar as políticas multissetoriais que possibilitem a erradicação da insegurança alimentar e da desnutrição.
11. Em suma, o SNSAN está em pleno acordo com o relatório apresentado e subscreve que ações de luta contra a desigualdade e a iniquidade devem fazer parte de um processo de reconhecimento, de representação e de redistribuição das oportunidades e recursos aos principais grupos vulneráveis.

Sem outro assunto de momento, subscrevemos os nossos melhores cumprimentos.

SNSAN,
Praia 5 de janeiro de 2024